

Data: 11-09-2019 14:13:21



**Título do Artigo :** Assistência Técnica e um Planejamento Politizado  
**Vinculado a ação :** A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria aos movimentos sociais no Estado do Rio de Janeiro  
**Área Temática :** Direitos Humanos e Justiça  
**Modalidade :** Apresentação Oral de Artigo

### 1. COORDENADOR DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Nome:	Regina Bienenstein	E-mail:	bienenstein_regina@id.uff.br
Telefone:			
Celular:	(21)9889-84024	Departamento:	NEPHU

### 2. EQUIPE INTEGRANTE DO ARTIGO

01-	Regina Bienenstein	Docente	Autor
02-	Larissa Brasilino Francisco	Aluno bolsista	Relator/Autor
03-	Daniel Mendes Mesquita de Sousa	Outros	Autor
04-	Lucas Monteiro Ribeiro	Aluno não bolsista	Autor

### 3. ARTIGO

#### Resumo:

Esse artigo está circunscrito no programa “A Universidade pública e o Direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Rio de Janeiro”, desenvolvido no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU). Trata-se de uma experiência interdisciplinar que reúne as áreas de arquitetura e urbanismo, serviço social, direito e engenharia civil e possibilita a integração entre o movimento popular e a universidade pública e tem como objetivo principal subsidiar o movimento social em sua luta pelo direito à cidade e à moradia. O artigo discute os movimentos de luta pela moradia nos bairros e favelas, abordando a construção de um ideal coletivo nesse processo, através das diferentes perspectivas desenvolvidas nas relações sociais

por meio do Fórum de Luta Pela Moradia. Sendo assim, busca refletir como articular e conscientizar indivíduos diferentes, com perspectivas e interesses distintos em busca da luta coletiva pelo direito à cidade e a moradia.

---

**Palavras chave:**

Assessoria Técnica e Democracia Participativa.

---

**Abstract:**

This article is circumscribed in the program “The Public University and the Right to the City: Advice to Social Movements of Rio de Janeiro”, developed at the Center for Housing and Urban Studies and Projects . It is an interdisciplinary experience that brings together the areas of architecture and urbanism, social work, law and civil engineering and enables the integration between the popular movement and the public university and its objective is to support the social movement in its struggle for the right to city and housing. The article discusses the movements of struggle for housing in neighborhoods and slums, addressing the construction of a collective ideal in this process, through the different perspectives developed in social relations through the Fight for Housing Forum. Thus, it seeks to reflect on how to articulate and raise awareness among different individuals with different interests in pursuit of the collective struggle for the right to the city and housing.

---

**Key Words:**

Technical Assistance and Participatory Democracy.

---

**Introdução (Justificativa, o Problema, Objetivos - geral e específicos):**

O Fórum de Luta pela Moradia de Niterói e São Gonçalo (FLM) consiste em um espaço que reúne moradores de áreas populares que lutam por moradia e que se organizam através de reuniões quinzenais quando são discutidas questões pertinentes aos moradores assistidos e à questão da moradia. Trata-se de um espaço de diálogo entre o NEPHU e os habitantes de diferentes comunidades, favelas ou ocupações, que apresentam condições e problemas urbanísticos, ambientais e de moradia variados que incluem desde deslizamentos a ameaças de remoção. Partindo do princípio de que o morador é protagonista na luta pela direito à moradia e à cidade, e reconhecendo que ele detém conhecimento, adquirido em sua vivência cotidiana, um dos principais objetivos desses encontros é, a partir da troca de conhecimentos, popular do morador e o técnico da academia, permitir que a população reflita sobre sua condição na cidade e frente ao seu direito à moradia, de modo a torná-los sujeitos de sua própria história. No presente ano, a participação no Fórum foi motivada pelas situações de risco (remoção, deslizamento, dentre outras) que aconteceram em várias áreas populares no município. A participação de moradores sem qualquer experiência prévia em lutas coletivas torna desafiadora a tarefa da conscientização dos integrantes do Fórum, sobre sua condição no mundo. Nas reuniões e oficinas realizadas, busca-se demonstrar que todos ali são atores de uma mesma realidade problemática e que ter consciência disso é extremamente importante para fortalecer o movimento e conseguir alcançar os direitos que são garantidos por lei, mas não se efetivam. Este artigo parte da experiência de assessoria técnica desenvolvida pelo Nepu junto ao Fórum de Luta pela Moradia, abordando dois temas principais: a gestão democrática da cidade e a Lei Assistência Técnica/2008. O Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, obriga a promoção de uma gestão participativa e democrática da cidade, isto é, a garantia do envolvimento de todos afetados pelas diferentes ações e iniciativas do município e demais órgãos públicos/privados, devendo ser asseguradas instâncias consultivas e deliberativas. A Lei de Assistência Técnica instituiu o auxílio técnico profissional público e gratuito para o projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda. No entanto, vários fatores dificultam a aplicabilidade desses instrumentos. A tendência à mercantilização da cidade que resulta na falta de políticas públicas voltadas para a habitação de interesse social, a dificuldade de mobilizar os moradores, a falta de empenho dos municípios de promover efetivamente a gestão

participativa e, por fim, a falta de profissionais capacitados para trabalhar com as demandas sociais. Este artigo apresenta um breve panorama da política habitacional no Brasil, a dificuldade de organizar um coletivo, visto a rotatividade dos participantes, examinando como ocorre a atuação do Núcleo. Na parte metodológica, é abordado o desenvolvimento desse pensar coletivo e como ocorre essa assessoria técnica interdisciplinar a partir da junção das quatro áreas, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Serviço Social e Direito. Nos resultados obtidos, será ressaltada a relevância do projeto e seus produtos, frutos da mobilização do Fórum; assim, concluindo com um resumo das reflexões abordadas.

### **Desenvolvimento com Fundamentação Teórica:**

No passar dos anos, decorrente de um processo de lutas árduas em prol do direito à cidade e à moradia, houve uma série de conquistas que tiveram como principal objetivo a implantação de uma gestão, de fato, participativa da cidade, a fim de garantir os direitos sociais do cidadão. O primeiro momento se dá com a instauração da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, a qual reconhece a função social da propriedade e oferece instrumentos para a regularização fundiária de área urbana com ocupação informal. constam políticas de desenvolvimento urbano. Tendo esse novo caráter como estopim, a partir dos artigos 182º e 183º da Carta Magna, em 2001 foi aprovada a Lei Federal de n.º 10.257, o Estatuto da Cidade, que inclui a obrigatoriedade da gestão democrática da cidade e coloca o Plano Diretor como principal instrumento de planejamento, além de oferecer medidas que possibilitam a democratização do acesso à terra e aos benefícios da cidade. “Na perspectiva do Estatuto da Cidade, a participação popular seria uma condição para alterar ‘o padrão clientelista e excludente das políticas sociais’ e para promover ‘um novo padrão de intervenção nas cidades’” (SANTOS, 2011, p. 257). Em 2008, foi instituída a Lei Federal nº 11.888, Assistência Técnica em Arquitetura e Engenharia, assegurando assim, às famílias de baixa renda, o direito à assistência técnica gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social. Em virtude disso, pode-se notar a existência de um grande arcabouço legal que garante o direito do cidadão à cidade e à moradia. No entanto, esse arcabouço legal não vem sendo colocado em prática com frequência. De forma sincrônica à essas conquistas, com a tendência à mercantilização do espaço, a propriedade passa a ser tratada como mercadoria dotada de valor resultante da especulação, assim, trazendo um momento de retrocesso nesse movimento por busca de direitos, tornando necessária a existência de espaços de discussão sobre esses processos presentes na cidade. Partindo deste cenário, o Fórum examina as demandas de cada comunidade e, em conjunto com o NEPHU, discute e busca os possíveis caminhos a tomar. Existem momentos em que cabe aos técnicos pensar ações que reforcem o caráter coletivo e estimulam a apropriação desse espaço pelos moradores. Ressaltar o protagonismo popular e o papel secundário da assistência técnica não é uma tarefa fácil, pois a tendência é identificar o Fórum com o NEPHU e não como um espaço autônomo voltado onde eles podem exercitar o questionamento e a participação, exercendo sua cidadania. Atualmente, o Fórum conta com a participação de moradores e lideranças de 16 áreas populares, a maioria delas, apresentando riscos de deslizamento e falta de urbanização, exceto o Prédio da Caixa que sofreu remoção forçada no centro da cidade de Niterói; o Casarão situado à rua Presidente Domiciano, São Domingos, que, devido à situação insalubre atual da moradia, seus habitantes desejam ser realocados; e os pescadores artesanais de Itaipu, uma comunidade tradicional, que encontra-se ameaçada de remoção, mesmo tendo sido demarcada no Plano Diretor, recém-aprovado, como Zona Especial de Interesse Social. As comunidades integrantes do FLM discutiram e elaboraram algumas reivindicações que podem ser assim resumidas: (i) parte das famílias das comunidades de Boa Esperança, Salinas e Peixe Galo, Preventório e do Casarão da rua Presidente Domiciano estão interessados nos apartamentos oferecidos pela prefeitura no conjunto Jardim das Paineiras, desde que haja a isenção do pagamento do financiamento, garantia de acessibilidade ao local e implantação de serviços e equipamentos urbanos básicos; (ii) outra parte das famílias de Boa Esperança deseja ser reassentada em área próxima da sua comunidade; (iii) a parte remanescente dessas comunidades, sem necessidade de reassentamento, demanda a realização de obras que garantam a eliminação de risco, a urbanização e a regularização fundiária; (iv) parte dos moradores que residiam nessas áreas e foram atingidas por deslizamentos, recebem benefício social no valor de R\$1.002,00. Esses, moradores reivindicam a extensão do benefício até a conclusão das obras e a liberação de suas casas; (v) para as comunidades que apresentam casos de riscos e/ou de efetivos deslizamentos de encostas, como os Morros da Chácara e do Arroz e Teixeira de Freitas, são solicitadas obras que eliminem tais perigos; (vi) os moradores dos assentamentos populares Fazendinha do Sapê, Castro Alves, Jardim Boa Esperança, Sítio de Ferro, Lazareto e a comunidade pesqueira tradicional de Itaipu, demandam a urbanização e a regularização fundiária; (vii) a Ocupação Mama África pleiteia a execução do Projeto Popular

elaborado pelo NEPHU em conjunto com a comunidade; (viii) para atender as reivindicações dos moradores do Prédio da Caixa, foi criado um grupo de apoiadores responsável por estudar propostas de recuperação da edificação; e, por fim, (ix) o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), há alguns anos aguardando o cumprimento do acordo feito com a Prefeitura para a construção de moradias para as famílias que participaram do acampamento 6 de abril, no Largo da Batalha, demanda a execução do mesmo. Todas as reivindicações aqui citadas estão sendo feitas à prefeitura de Niterói. É de suma importância ter o Fórum, como coletivo assistido pela Universidade Pública, dando voz a esses moradores invisibilizados e que lutam constantemente por sua inserção na construção da cidade. Uma gestão transparente e participativa é um direito presente na Constituição e evidenciar e reivindicar o cumprimento do mesmo é papel fundamental do Núcleo como órgão de assistência a essas pessoas.

---

### **Metodologia:**

A metodologia adotada no projeto traz o morador como protagonista de todas as ações. Deste modo, por meio das reuniões quinzenais do FLM, os moradores possuem um espaço onde podem expor suas demandas e realizar uma troca de conhecimento técnico e popular; além de discutirem a cidade e pensarem estratégias para as suas lutas. Para a elaboração deste artigo foi feito um apanhado das atividades desenvolvidas pelo projeto e, a partir de seu exame, foram quantificadas e listadas as principais reivindicações atuais, assim, mostrando como, de fato, se manifesta a voz desses moradores assistidos. Além dessa abordagem mais direta, outra parte que contribuiu para o aprofundamento das discussões pela equipe de bolsistas foi a carga teórica discutida no projeto. Através de sessões de filmes, seguidas de debates e estudos dirigidos foram reforçados conceitos, aproveitando assim, para introduzir e facilitar o entendimento de alguns temas que contribuem para a construção do pensamento que foi tratado aqui como “consciência de protagonismo por parte do morador”. Todas as ações desenvolvidas através do projeto incluíram assistência técnica aos moradores, não somente na área de Arquitetura e Urbanismo, demarcação de ZEIS, elaboração de planos populares e diagnósticos participativos entre outros; mas também com relação à Engenharia Civil, com cálculo estrutural no projeto da Ocupação Mama África; ao Serviço Social, com a realização de cadastros socioeconômicos em algumas das comunidades atendidas e nas reuniões do Fórum; e, por fim, no Direito o com a prestação de assessoria jurídica às comunidades requerentes. Essas diferentes abordagens ressaltam o caráter multidisciplinar do projeto que não se restringe apenas a uma ou outra área do conhecimento.

---

### **Resultado com Discussão:**

O primeiro fruto deste artigo é contribuir para a construção de uma Universidade socialmente referenciada, assim, mostrando que existe sim o cumprimento do papel social da Universidade Pública através debates, oficinas e ações que buscam mostrar e colocar o cidadão como protagonista na cidade e em suas decisões. O NEPHU iniciou no ano passado o Curso Experimental de Extensão para capacitação de moradores que nesse ano se transformou em uma disciplina da graduação/pós graduação de arquitetura e urbanismo podendo, ainda, ser cursada como eletiva para os demais departamentos e, quando não há vínculo direto À UFF, esta pode ser cursada como curso de extensão. Foram desenvolvidos projetos arquitetônicos e urbanísticos e uma das propostas foi aproveitada e vem sendo aprimorada, o Plano Popular de Mama África, onde sua estrutura já foi pré-dimensionada e seu lançamento está previsto para o final do ano. As comunidades do FLM organizaram uma Audiência Pública na Câmara de Niterói pautada nas reivindicações citadas, onde toda a construção da reunião foi conduzida a partir das lideranças de cada comunidade e, além disso, antes foi feito um ato, seguido de uma passeata no centro da cidade para dar visibilidade ao problema de habitação, assim, chamando pessoas nas ruas para se juntar e distribuindo informativos sobre o porquê do mesmo estar acontecendo. Quanto à experiência como bolsista, vivenciar uma arquitetura e urbanismo socialmente referenciados, em oposição ao caráter elitista impregnado na profissão e no curso, é fundamental em uma Universidade Pública, que deve retorno à comunidade, pois assim, além de obter conhecimentos sobre temas pouco ou superficialmente abordados na formação, forma-se um profissional consciente de seu papel como modificador do espaço e das interações que ali ocorrem.

---

### **Considerações Finais:**

A Universidade pública tem o dever de capacitar o aluno, não só para atender o mercado, mas também a fim de trazer um retorno à sociedade. O projeto “A Universidade Pública e Direito à Cidade: assessoria a movimentos sociais do Rio de Janeiro” busca atender essa função. Na construção de uma administração pública honesta, transparente e democrática, espaços como o Fórum de Luta pela Moradia podem dar importante contribuição. Não só a capacitação do aluno, mas também a do próprio morador são aqui exercitadas. Conscientizar o morador de seu papel como protagonista nesse espaço e mostrar que sua voz tem impacto é fundamental neste trabalho do Núcleo. Como dito previamente, o movimento passa por momentos que alternam alta e baixa participação, mas as pautas não perdem sua importância. Além de mostrar o efeito da participação, lembrar que é um processo coletivo e que somente através da criação de redes de apoio entre comunidades se consegue estabilizar e organizar a mobilização é também um desafio. O Fórum parte de diferentes demandas de diversas comunidades, mas corresponde a uma única concepção, a de que, desde que se entenda o movimento como coletivo, para além da importância das conquistas individuais, de cada comunidade, busca-se que todas estejam tendo suas reivindicações assistidas, assim, democratizando o espaço. A pauta é urgente e o Fórum de Luta Pela Moradia não tem medido esforços para realizar as reivindicações de todas as comunidades que procuram uma assistência técnica digna e justa. Nas reuniões se torna evidente o impacto no protagonismo crescente dos ali presentes, pessoas que antes se sentiam acanhadas ou receosas de falar sobre sua situação, por não acreditar que seu saber fosse útil de alguma forma, agora percebem seu impacto no coletivo e, a partir disso, conseguem falar e formular propostas para a melhoria desses quadros apresentados. Apesar da natureza imediatista característica do movimento deste ano, ressaltar a importância de que conhecer e entender outras realidades, certas vezes parecidas, é extremamente enriquecedor e que somente através de uma consciência coletiva se consegue atingir esses resultados se mostra um trabalho árduo, porém, não inalcançável. A existência de espaços e projetos que visem conscientizar não só a academia mas, principalmente, a comunidade é fundamental para que muitos exerçam, como lhes é garantido, a sua cidadania.

---

**Referência:**

DALLARI, Dalmo de Abreu. Cidadania e Direitos Humanos. São Paulo Brasiliense, 1998. (Coleção Polêmica). LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores). COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é Cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos). BENDIX, Reinhard (1964). Construção nacional e cidadania. São Paulo, Edusp, 1996 REIS, Elisa. Sobre a Cidadania. In: Processos e Escolhas: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979. VIEIRA, Liszt. Os Argonautas da Cidadania. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

---